

Marcílio faz apelo a congressista

O ministro da Economia, Marcílio Marques Moreira, fez ontem três apelos aos senadores, abordando questões polêmicas entre os congressistas. Pediu a aprovação, o mais rápido possível, de uma moderna legislação para a informática e para questões de propriedade intelectual, do acordo de pagamento dos juros atrasados com os bancos credores e do crédito adicional de Cr\$ 300 bilhões à agricultura. Esta foi a primeira vez que o ministro foi ao Congresso após sua posse, há um mês. No próximo dia 27, retornará para um pronunciamento na Câmara dos Deputados. Estes contatos significam a democracia em plena operação, disse o ministro.

No seu discurso de meia hora, o ministro transmitiu informações que são guardadas sob sigilo pelo Banco Central: o nível das reservas cambiais cresceu US\$ 1 bilhão nas últimas três semanas e no período de novembro do ano passado a maio deste ano houve um ingres-

so de capital estrangeiro de US\$ 3 bilhões. E satisfaz a curiosidade do senador Eduardo Suplicy (PT-SP), ao informar que o teto mínimo das reservas cambiais para o pagamento da dívida externa é de US\$ 6,8 bilhões, correspondentes a quatro meses da receita média obtida com as importações brasileiras.

Explicações

Marcílio fez uma análise detalhada dos problemas da economia brasileira, no âmbito interno e internacional. Falou do descongelamento de preços — de maneira gradual, ordeira e não atropelada — do pequeno repique da inflação em junho e da manutenção da atual política monetária e fiscal, como forma de garantir resultados à política de combate à inflação. Por duas vezes recorreu aos ensinamentos de San Thiago Dantas (primeiro-ministro do governo João Goulart), para reforçar a necessidade de vincular a política de contenção inflacionária a um projeto de reorganização nacional e para justificar a reinserção

do Brasil na economia mundial: “Nenhum projeto nacional é válido, nenhuma política interna é auto-sustentável se não lograr inserir o País no rumo histórico do seu tempo e sobrepor harmonicamente o nacional e o universal”, comentou.

O objetivo da exposição de Marcílio foi a negociação da dívida externa. O ministro não poupou argumentos na defesa da aprovação do acordo de pagamento dos juros atrasados, ainda pendente de decisão no âmbito da Comissão de Assuntos Econômicos. “Este acordo servirá como uma espécie de porta aberta às negociações”, disse, referindo-se ao prosseguimento dos entendimentos com o Fundo Monetário Internacional (FMI) e bancos credores para discutir o reescalonamento do débito de médio e longo prazos”. Não é possível olhar só para o passado. O que é importante é virar esta página e começar a escrever a página do crédito futuro”, insistiu.